

ENGIE SOLAR PARACATU I GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A. ("Paracatu I" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Paracatu I é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Paracatu I, com capacidade instalada de 33,0 MW e garantia física de 8,5 MWm, localizada no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

A Companhia não tem empregados e sua Administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia, que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Paracatu I pertence à ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Desempenho Operacional

Em 2024 a geração bruta da Companhia alcançou 45,6 GWh, desempenho 23,0% inferior à observada em 2023, que foi de 59,1 GWh.

O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e inversores, em 2024 atingiu 80,3%, 5,6 p.p. inferior ao obtido em 2023, de 85,9%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2024	2023	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	25.141	26.799	(1.658)	(6,2)
Lucro bruto	11.085	9.383	1.702	18,1
Resultado do serviço (Ebit)	10.256	9.363	893	9,5
Ebitda (Lajida) ¹	17.054	16.351	703	4,3
Resultado financeiro	(8.269)	(8.124)	(145)	1,8
Prejuízo do exercício	(1.807)	(3.514)	1.707	(48,6)

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução de R\$ 1.658, decorreu, substancialmente, pelo decréscimo do faturamento no valor de R\$ 3.486 de energia com distribuidoras, atenuada, em R\$ 1.162 pelo reconhecimento da receita de lucros cessantes (complemento de recomposição de receitas) e danos materiais, em decorrência do evento climático que afetou os ativos da empresa em 2023.

Lucro bruto: a variação é motivada pela explicação anterior, bem como é impactada pela redução de R\$ 4.141 na energia elétrica comprada, sendo parcialmente suavizada por um aumento nos gastos com serviços diversos, que visaram a recuperação e manutenção do parque gerador.

(Prejuízo) lucro líquido do exercício: redução motivada pelos efeitos anteriormente citados e, pelo respectivo reflexo no impostos de renda e contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2024.

8. Agradecimentos

A Administração da ENGIE Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2024.

A Administração

ENGIE SOLAR PARACATU I GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.544/0001-00 | NIRE Nº 31 3 0011412-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.409	48.570
Contas a receber de clientes	5	2.923	2.798
Outros ativos circulantes		5.142	8.849
		17.474	60.217
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	31.661	-
Depósitos vinculados	7	3.902	4.225
Outros ativos não circulantes		1.047	1.079
		36.610	5.304
Imobilizado	8	161.201	145.347
Intangível		3.386	3.551
		201.197	154.202
TOTAL		218.671	214.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU I GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.544/0001-00 | NIRE Nº 31 3 0011412-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	3.753	1.350
Dividendos	12	8	8
Financiamento	11	9.246	8.844
Ressarcimentos às distribuidoras	13	16.121	9.293
Outros passivos circulantes		2.331	3.791
		31.459	23.286
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	6.168	5.226
Financiamento	11	115.452	118.830
Provisão para desmobilização	8	3.642	3.052
Outros passivos não circulantes		6.786	7.054
		132.048	134.162
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	60.411	60.411
Prejuízos acumulados		(5.247)	(3.440)
		55.164	56.971
TOTAL		218.671	214.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU I GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.544/0001-00 | NIRE Nº 31 3 0011412-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	25.141	26.799
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8	(6.798)	(6.988)
Serviços de terceiros		(3.345)	(3.029)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.455)	(2.443)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(40)	(12)
Energia elétrica comprada		-	(4.141)
Outros		(2.418)	(803)
		(14.056)	(17.416)
LUCRO BRUTO		11.085	9.383
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(172)	(20)
Reversão (Constituição) de <i>Impairment</i>		3.012	(3.012)
Outras receitas operacionais, líquidas		(3.669)	3.012
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		10.256	9.363
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		2.605	5.032
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6	1.661	-
Renda de depósitos vinculados		421	155
Juros e variação monetária sobre financiamento	11	(12.126)	(12.263)
Juros sobre fornecedores		(559)	(805)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	(166)	(97)
Outras despesas financeiras, líquidas		(105)	(146)
		(8.269)	(8.124)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.987	1.239
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Corrente		(3.794)	(4.829)
Diferido		-	76
		(3.794)	(4.753)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.807)	(3.514)
RESULTADO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,03)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU I GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.544/0001-00 | NIRE Nº 31 3 0011412-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.807)	(3.514)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.807)	(3.514)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU I GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.544/0001-00 | NIRE Nº 31 3 0011412-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2022		60.411	4	70	-	60.485
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.514)	(3.514)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(4)	(70)	74	-
Saldos em 31.12.2023	12	60.411	-	-	(3.440)	56.971
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.807)	(1.807)
Saldos em 31.12.2024	12	60.411	-	-	(5.247)	55.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU | GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.544/0001-00 | NIRE Nº 31 3 0011412-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.987	1.239
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	6.798	6.988
Juros e variação monetária sobre financiamento	12.126	12.263
Baixa de ativo imobilizado	3.784	702
Juros sobre fornecedores	559	805
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	166	97
Reversão (Constituição) de <i>Impairment</i>	(3.012)	3.012
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(1.661)	-
Renda de depósitos vinculados	(421)	(155)
Indenização de seguros	(4.478)	(7.167)
Outros	47	-
Resultado antes dos tributos ajustado	15.895	17.784
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(125)	(136)
Adiantamento a fornecedores	-	969
Outros ativos	7.570	(1.206)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	720	107
Ressarcimentos às distribuidoras	6.828	5.787
Outros passivos	(361)	7.216
Caixa gerado nas operações	26.743	30.521
Pagamentos de juros sobre financiamento	(6.168)	(6.548)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(4.561)	(2.822)
Caixa líquido das atividades operacionais	16.014	21.151
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(30.000)	-
Aplicação no imobilizado e no intangível	(20.769)	(102)
Caixa líquido das atividades de investimento	(50.769)	(102)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	744	(116)
Pagamento de financiamento	(8.818)	(8.315)
Custo de captação de financiamentos	(116)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(8.190)	(8.431)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(39.161)	12.618
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	48.570	35.952
Saldo final	9.409	48.570
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(39.161)	12.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU I GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.544/0001-00 | NIRE Nº 31 3 0011412-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A. (“Paracatu I” ou “Companhia”), com sede no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais (MG), foi constituída em 26.11.2015, sendo constituída, inicialmente, com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3o de seu Estatuto Social. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar. A Companhia detém autorização para explorar a Usina Solar Fotovoltaica Paracatu 1 (“Usina”), e possui capacidade instalada de 33 MW¹ e garantia física de 8,5 MW médios. Em 09.01.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 26 de abril de 2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

A Administração do Grupo ENGIE, em conjunto com seus acionistas, tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento e, neste sentido, garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Paracatu, com participação de 25,00%. O Consórcio Paracatu é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 16.04.2025

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Título e valores mobiliários

São compostos por investimentos em debêntures e reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo custo amortizado.

a.4) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado (*Impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27			
Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10			
A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)			
As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	2.516	3.595
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	6.893	44.975
	9.409	48.570

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 e de 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$ 2.923 (R\$ 2.798 em 31.12.2023) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

Em 31.12.2024 e 31.12.2023, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 03.07.2024, a Companhia adquiriu debêntures simples emitidas por sua controladora indireta ENGIE, no montante total de R\$ 30.000. As debêntures adquiridas não são conversíveis em ações, da espécie quirografária e foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A Companhia não pretende negociar essas debêntures no mercado secundário. A mutação dos títulos e valores mobiliários foi a que segue:

	Total
Aquisição	30.000
Juros ¹	1.661
Saldos em 31.12.2024	31.661
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo não circulante	31.661
	31.661

(1) As informações apresentadas são brutas de PIS e Cofins.

As principais condições contratadas foram estas:

	Condições de pagamento		Vencimento	Principal	Juros	Saldos em 31.12.2024
	Quantidade	Remuneração				
12ª Emissão Série 4	30.000	CDI +0,55% a.a.	06.2026	06.2026	06.2026	31.661

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$ 3.902 (R\$ 4.225 em 31.12.2023) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2024			31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	4,2%	1.111	(247)	864	908
Máquinas e equipamentos	3,9%	179.009	(33.195)	145.814	138.843
Veículos	14,3%	12	(1)	11	-
Direito de uso de arrendamentos	3,4%	7.179	(746)	6.433	5.477
Estimativa de gastos com descomissionamento					
Outros	6,3%	10	(2)	8	3
		187.321	(34.191)	153.130	145.231
Em curso		8.071	-	8.071	116
		195.392	(34.191)	161.201	145.347

b) Mutação do ativo imobilizado

	Edifica�es e benfeitorias	M�quinas e equipamentos	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2022	-	149.621	62	5.418	14	155.115
Ingressos	-	-	-	-	102	102
Remensura�o	-	-	-	237	-	237
Desmobiliza�o	-	339	-	-	-	339
<i>Impairment</i>	-	(3.012)	-	-	-	(3.012)
Transfer�ncias	952	(893)	(59)	-	-	-
Baixas	-	(702)	-	-	-	(702)
Deprecia�o	(44)	(6.510)	-	(178)	-	(6.732)
Saldos em 31.12.2023	908	138.843	3	5.477	116	145.347
Ingressos ¹	-	-	-	-	21.693	21.693
Remensura�o	-	-	-	1.142	-	1.142
Desmobiliza�o	-	424	-	-	-	424
Revers�o <i>Impairment</i>	-	3.012	-	-	-	3.012
Transfer�ncias	-	13.721	17	-	(13.738)	-
Baixas	-	(3.784)	-	-	-	(3.784)
Deprecia�o	(44)	(6.402)	(1)	(186)	-	(6.633)
Saldos em 31.12.2024	864	145.814	19	6.433	8.071	161.201

(1) Os ingressos apurados, totalizados em R\$ 21.693, foram aplicados na recupera o e manuten o do Conjunto Fotovoltaico de Paracatu, decorrente do sinistro ocorrido em 2023. Desse montante, R\$ 13.664 referem-se   aquisi o de painéis solares.

c) Redu o ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redu o do saldo contábil a seu valor de realiza o. Em 2023 foi reconhecido um *impairment* de R\$ 3.012 em decorrência de fortes ventos na região dos quatro parques do Conjunto Fotovoltaico Paracatu, parte dos *trackers* e módulos fotovoltaicos foram sinistrados. Em 2024, com a finaliza o da apura o dos ativos sinistrados e o reconhecimento da devida baixa, foi registrada a reversão da perda por *impairment* no mesmo valor. Maiores detalhes, vide Nota 16 – Seguros.

d) Provisão para desmobiliza o

Em 2022, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobiliza o de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obriga o de retirada dos ativos e de restaura o do local ao final do prazo de autoriza o. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente   5,70%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autoriza es. O saldo da provisão para desmobiliza o registrada no passivo não circulante em 31.12.2024 era de R\$ 3.642 (R\$ 3.052 em 31.12.2023), a varia o do saldo   decorrente de juros e varia o monetária de R\$ 166 registrada no resultado de 31.12.2024.

e) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Usina Solar Fotovoltaica Paracatu 1, com capacidade instalada de 33 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 04.2016.

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2024	31.12.2023
Arrendamentos a pagar	7.133	5.793
Fornecedores	1.863	783
Fornecedores Imobilizado	925	-
	9.921	6.576
Passivo circulante	3.753	1.350
Passivo não circulante	6.168	5.226
	9.921	6.576

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia em vigor possuem cláusulas de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à variação inflacionária.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2025 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário	Sensibilidade		
	12 meses	Provável	Provável	$\Delta + 25\%$ ¹	Administração
	31.12.2024	31.12.2025			
IPCA	4,80%	4,90%	0,1 p.p.	1,2 p.p.	-0,4 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2025.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2024 e os previstos no cenário provável para 2025, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2025. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2025, em comparação com o ano de 2024, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2024	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	124.698	(6)	(1.435)	506

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2024	31.12.2023
Dívida	124.698	127.674
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.902)	(4.225)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(9.409)	(48.570)
Dívida líquida	111.387	74.879
Patrimônio líquido	55.164	56.971
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	2,0	1,3

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Contábil
Fornecedores	3.753	1.419	1.419	17.032	23.623	9.921
Financiamento	14.867	27.468	25.748	99.121	167.204	124.698
	18.620	28.887	27.167	116.153	190.827	134.619

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	6.893	44.975
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.516	3.595
Contas a receber de clientes	2.923	2.798
Títulos e valores mobiliários	31.661	-
Depósitos vinculados	3.902	4.225
	47.895	55.593
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	9.921	6.576
Ressarcimentos às distribuidoras	16.121	9.293
Financiamento	124.698	127.674
	150.740	143.543

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2022	130.274
Juros e variação monetária	12.263
Amortização do principal	(8.315)
Amortização de juros	(6.548)
Saldos em 31.12.2023	127.674
Custo de captação de financiamentos	(116)
Juros e variação monetária	12.126
Amortização do principal	(8.818)
Amortização de juros	(6.168)
Saldos em 31.12.2024	124.698
Passivo circulante	9.246
Passivo não circulante	115.452
	124.698

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2026	8.551
2027	8.550
2028	8.550
2029 a 2033	42.822
2034 a 2038	46.979
	115.452

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2024
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 4,98% a.a.	10.2038	Mensais a partir de 11.2018	124.698

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,30$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Devido ao evento climático ocorrido em 2023, que gerou danos ao ativo (mais detalhes vide Nota 16 – Seguros), os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento não foram atingidos. Em dezembro de 2024, assim como para dezembro de 2023, o BNDES aprovou a dispensa da obrigação de medir e cumprir o ICSD de 2024.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2024 e 31.12.2023 era de R\$ 60.411, representado por 60.411.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 60.411.000 pertencem à controladora ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. S.A., controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	21.009	24.495
Indenização de seguros	4.319	3.157
Outras receitas (performance negativa)	580	179
	25.908	27.831
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(767)	(1.032)
	25.141	26.799

Em 2024, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 6.579 (R\$ 5.576 em 31.12.2023), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica “Ressarcimentos às distribuidoras”, a qual, em 31.12.2024, apresentava saldos de R\$ 16.121 no passivo circulante (R\$ 9.293 em 31.12.2023).

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das usinas pertencentes ao Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia.

Os principais critérios de reconhecimento estão demonstrados a seguir:

Leilão	Tipo	Crítérios de reconhecimento
8º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	<p>Cálculo: diferença entre energia contratada e energia gerada.</p> <p>Valoração: o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%.</p> <p>Pagamento: 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.</p>

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	21.009	21.009	24.495	24.495
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.681	2.521	1.960	2.939
Receita financeira	4.698	4.698	5.187	5.187
Recomposição de receita de energia (seguros)	4.319	4.319	3.157	3.157
Outros	309	309	3.712	3.712
Base de cálculo	11.007	11.847	14.016	14.995
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.651)	(1.066)	(2.102)	(1.350)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	(1.077)	-	(1.377)	-
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(2.728)	(1.066)	(3.479)	(1.350)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 27.001.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até março de 2041. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2024, era de R\$ 8.426.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão de energia reserva (LER), em 31.12.2024, era de R\$ 380.789.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Fotovoltaico Paracatu participa da referida apólice no montante de R\$ 510.569 para danos materiais e R\$ 225.275 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2025

Indenização de seguros

No dia 02.04.2023, ocorreu evento climático nos quatro parques de Paracatu em decorrência de ventos fortes na região, causando danos ao ativo. Após estudos prévios, a seguradora emitiu relatório preliminar reconhecendo o sinistro e confirmando a cobertura pela apólice vigente naquela data. Com a confirmação da ocorrência do sinistro, a cobertura dos danos materiais e lucros cessantes, e o parecer favorável para o adiantamento parcial da indenização concedido pela seguradora, a Companhia concluiu que o evento era certo e tornou-se recebível, realizando o reconhecimento no resultado. Em dezembro 2023, a Companhia reconheceu a indenização do seguro até o limite dos gastos do período para refletir os efeitos das transações. Em 2024, foram concluídos estudos de apuração das causas e dos danos causados, confirmando a cobertura pela apólice vigente à data. Reafirmando, bem como, trazendo os valores já validados e incontestes, a Companhia reconheceu a receita de indenização. Desta forma, foram reconhecidos em 2023 e em 2024 os seguintes montantes relacionados aos danos materiais e lucros cessantes:

	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida ¹	4.319	3.157
Custos operacionais	47	296
Outras receitas operacionais, líquidas	-	3.012
Outras despesas operacionais, líquidas	112	702
	<u>4.478</u>	<u>7.167</u>

(1) Receita operacional líquida sendo composta pelos valores: a) R\$ 3.984 – Complemento recomposição de receita de indenização por lucros cessantes e danos materiais decorrentes do sinistro ocorrido em 2023; (b) R\$ 335 – Receita indenização por danos materiais decorrente de sinistro ocorrido em 2018.

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Sociedade mantém contrato com a sua controladora ENGIE, vigente a partir de 01.01.2024, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Aquisição de títulos e valores mobiliários

A Companhia adquiriu debêntures, emitidos pela sua controladora indireta ENGIE. Os compromissos futuros decorrentes destes contratos estão apresentados na Nota 6 – Títulos e Valores Mobiliários.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da ENGIE Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa
Contador - CRC SC 023609/O-7



**Shape the future
with confidence**

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ENGIE SOLAR PARACATU I GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ENGIE SOLAR PARACATU I GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 16 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O